

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GEANCARLO DORIGON

**A DESIGUALDADE DE RENDA NO MUNDO: AS CONTRIBUIÇÕES DE THOMAS
PIKETTY E AS EVIDÊNCIAS ATUAIS**

CURITIBA

2018

GEANCARLO DORIGON

**A DESIGUALDADE DE RENDA NO MUNDO: AS CONTRIBUIÇÕES DE THOMAS
PIKETTY E AS EVIDÊNCIAS ATUAIS**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

GEANCARLO DORIGON

A DESIGUALDADE DE RENDA NO MUNDO: AS CONTRIBUIÇÕES DE THOMAS PIKETTY E AS EVIDÊNCIAS ATUAIS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães

Orientadora – Departamento de Economia, Universidade Federal Do Paraná.

Profa. Dra. Denise Maria Maia

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Angela Welters

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 05 de dezembro de 2018.

RESUMO

O conceito econômico de distribuição de renda refere-se à forma segundo a qual são partilhadas as riquezas e os bens produzidos por uma sociedade entre os indivíduos que a compõe. Todavia, o estudo da distribuição ou da desigualdade de renda vai além do escopo da Ciência Econômica, sendo discutida por outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, Ciência Política e Filosofia. Ademais, considera-se que o tema não abarca somente questões científicas, mas também morais e éticas. Não é à toa que a distribuição de renda está relacionada à incidência de conflitos, guerras e até a concepção de outros sistemas de produção. O objetivo dessa monografia é analisar o tema à luz das contribuições do economista Thomas Piketty, recentemente considerado como o economista mais influente da área. Ademais, revisitam-se dados e evidências empíricas do estado da distribuição de renda no mundo. De uma maneira geral, observa-se que a distribuição de renda pode ser influenciada tanto pelo funcionamento dos mercados, como pelas políticas do governo. Como o mercado não necessariamente garante uma alocação ótima dos recursos, cabe ao governo atuar de forma a diminuir as concentrações de renda, inerentes ao capitalismo. O estudo de Piketty revela que tanto o sistema tributário quanto as políticas públicas são ferramentas essenciais, mas que podem tanto agir concentrando renda como distribuindo a mesma. Um sistema de tributação progressivo, que vise proporções maiores de impostos conforme a renda, é discutida como a solução mais efetiva para o problema.

Palavras-chave: Distribuição de Renda. Imposto Progressivo. Thomas Piketty.

ABSTRACT

The economic concept of income distribution refers to the way in which wealth and goods produced by a society are shared among its individuals. This subject covers not only economics, but also sociology, politics and philosophy. Also, I argue that the topic refers not only to a scientific issue, but also to moral and ethical ones. Not for nothing income distribution is related to the incidence of conflicts, wars and even the conception of other systems of production. The purpose of this monograph is to analyze the subject in light of the contributions of economist Thomas Piketty, recently regarded as the most influential economist in the area. In addition, data and empirical evidences of the state of the distribution of income in the world are revisited. In general, results show that the distribution of income may be influenced not only by the market functioning, but by government policies as well. Since the market does not necessarily guarantee an optimal allocation of resources, it is the government's responsibility to act in a way that reduces the concentration of income inherent to capitalism. Piketty's study reveals that both the tax system and public policies are essential tools, but they can act both by concentrating income and distributing it. A progressive taxation system, which targets higher rates of income taxation, is discussed to be the most effective solution to the problem.

Keywords: Income Distribution. Progressive Tax. Thomas Piketty.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: APROPRIAÇÃO DA RENDA PELOS 0,1% MAIS RICOS EM PAÍSES SELECIONADOS, 1910-2010.....	12
FIGURA 2: RELAÇÃO DE APROPRIAÇÃO DE RENDA OBTIDA PELOS 1% MAIS RICOS DEVIDO A SUA HERANÇA E AO SEU TRABALHO COM A MÉDIA DE RENDA DOS 50% MAIS POBRES NA FRANÇA, 1790 – 2030.....	13
FIGURA 3: RECEITA DE IMPOSTOS EM PERCENTUAL DA RENDA NACIONAL EM PAÍSES SELECIONADOS, 1870-2010.....	15
FIGURA 4: ALÍQUOTA MÁXIMA DE IMPOSTO SOBRE HERANÇA, 1900-2013.....	15
FIGURA 5: DECLÍNIO DA DESIGUALDADE GLOBAL: A CURVA DE ELEFANTE DE MILANOVIC DE CRESCIMENTO DA RENDA ENTRE 1988-2008 POR PERCENTIL DA DISTRIBUIÇÃO.....	20
FIGURA 6: DISPARIDADE ENTRE A RENDA CONFORME PESQUISA DOMICILIAR E A RENDA BASEADA NA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS.....	22
FIGURA 7: PORCENTAGEM DE RENDA DOS 10% DO TOPO DA PIRÂMIDE.....	23
FIGURA 8: DESIGUALDADE ESTAGNADA.....	25
FIGURA 9: FATIA DA RENDA NACIONAL (EUA, EUROPA, CHINA E ÍNDIA).....	26
FIGURA 10: FATIA DA RENDA NACIONAL (BRASIL, RÚSSIA, ORIENTE MÉDIO E AFRICA).....	26
FIGURA 11: CRESCIMENTO DA RENDA DE 1980 A 2016.....	28
FIGURA 12: O FUTURO DA DESIGUALDADE NO MUNDO.....	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A ANÁLISE DE PIKETTY...8	
	2.1. O papel da Herança, a razão capital-renda e a Primeira Lei do Capitalismo.....8	
	2.2. O Imposto Progressivo como solução para a desigualdade de renda.....13	
	2.3. A Relação Capital-Renda e seu impacto para a análise da desigualdade.....16	
3	EVIDÊNCIAS RECENTES DA DESIGUALDADE DE RENDA NO MUNDO.....19	
	3.1. Desigualdade Absoluta e sua trajetória futura.....19	
	3.2. Desigualdade Extrema e Evidências no Brasil, Índia e Oriente Médio.....21	
	3.3. A Persistência da Desigualdade Mundial: Uma Análise do World Inequality Report 2018...24	
	3.4. Relatório Oxfam: Uma Economia para os 99%.....29	
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A demanda por justiça social tem ares de utopia quando se considera que o modo de produção capitalista tem por princípio básico de sua constituição e funcionamento a desigualdade material e, conseqüentemente, são esperadas injustiças tanto do aspecto econômico quanto social. É difícil pensar como se atingir a igualdade em um sistema econômico que é inerentemente desigual e, inclusive, tem nessa desigualdade sua estrutura de sustentação. Apesar desse fato, estudos sobre a distribuição e a desigualdade da renda são essenciais para o entendimento do modo como elas afetam a nossa sociedade, e como políticas podem fazer com que, embora desigual, exista menos injustiça na sociedade. Por exemplo, se os estudos constatarem que o piso da renda tem muito mais impacto que o teto de renda sobre o bem-estar, políticas de renda mínima são suficientes. Como exemplo, diversos países desenvolvidos possuem grandes disparidades de rendas, no entanto, possuem uma renda mínima suficiente para proporcionar uma condição econômica de sobrevivência que proporcione acesso a itens básicos como educação, saúde, trabalho, etc.

Como argumentou-se, o problema da distribuição de renda sempre esteve presente em todas as sociedades humanas, em maior ou menor grau. Todavia, esse problema não surgiu com o capitalismo. Outros sistemas de produção, como o feudalismo, eram extremamente desiguais. Esse problema vinha sendo um pouco esquecido ou negligenciado nas últimas décadas, até o lançamento do livro “O capital no século XXI” de Thomas Piketty, em 2014, que será objeto de análise nessa monografia.

A grande contribuição de Piketty (2014) para a discussão da distribuição de renda, e provavelmente a principal razão do seu amplo sucesso, é a grande quantidade de informações e dados apresentados e sua análise histórica multidimensional da distribuição de renda. Fazendo-se assim, em meio a análise da história de países como a França, o autor também acaba pondo em xeque algumas hipóteses das teorias econômicas dominantes na atualidade, bem como faz uma descrição abrangente do sistema capitalista como um todo (MILANOVIC, 2014).

Tendo em vista esse breve contexto, o objetivo dessa monografia é revisar as principais contribuições do autor para o estudo da distribuição de renda no mundo, bem como analisar indicadores recentes da desigualdade de renda no mundo, fornecendo um panorama atual sobre o tema. Para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica, tendo como base a obra de Piketty e artigos que analisaram o mesmo. Ademais, dados e informações sobre a desigualdade de renda foram trazidos de publicações recentes sobre o tema.

2 O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A ANÁLISE DE PIKETTY

O problema da distribuição de renda é muitas vezes apenas atribuído à conjuntura da economia. Mas é impossível negar que essa problemática é multifacetada. Quando se discute distribuição de renda não estamos apenas discutindo noções econômicas, mas também sociais, morais e éticas. No decorrer da história esse foi o tema principal de discussão quanto ao sistema de produção a ser utilizado. Esse tema inspirou e inspira autores pelo mundo todo a pensar alternativas, meios e até outros sistemas de produção. Não somente foi fonte de indagação para as obras de Marx - e para outros pensadores de esquerda - mas também de inúmeros autores e economistas de direita, como Kuznets. Tratar de economia sem olhar para a questão da distribuição de renda é ignorar um dos mais importantes temas da ciência econômica. O intuito desse trabalho, portanto, é a discussão dos termos na esfera econômica. (THERBORN, 2011).

Nesse capítulo apresentam-se algumas ideias centrais da contribuição de Thomas Piketty.

2.1. O papel da Herança, a razão capital-renda e a Primeira Lei do Capitalismo

Para Piketty, um importante problema relativo à questão da desigualdade da distribuição das rendas no século XXI foi o de que a receita oriunda do capital era muito maior do que a receita oriunda dos salários e, desse modo, observou-se no tempo um aumento da razão capital-renda. Para Piketty, esse crescimento significou um retorno a um capitalismo do patrimônio que fora visto somente na *belle époque*. Desse modo, nos dias atuais, os níveis mais altos de riqueza não são preenchidos por indivíduos mercedores e talentosos, mas por famílias que reproduzem as suas riquezas a partir de heranças. Para Piketty (2014), a ideia de que o crescimento econômico tornaria o mundo mais equitativo, ao aumentar a renda de todos e, subsequentemente, a dos mais pobres (pelo efeito de transbordamento), se mostrou uma falácia.

O autor menciona o caso da França. Nesse país, a riqueza das heranças caiu durante as guerras mundiais e, principalmente, após a Segunda Grande Guerra. Na década de 1970 chegou a menos de 50%. Mas, retornou aos 70% em 2014 e parece não parar de crescer (Piketty, 2014, p. 393). Piketty mostra que desde a *belle époque*, o mesmo percentil dos mais ricos que detinham metade de toda a riqueza da França, ainda é o mesmo percentil que detém cerca de 35% da riqueza total da França em 2018. O que o autor não menciona, mas pode se pesquisar mais a fundo é que, esse mesmo percentil constitui de nada mais do que

herdeiros e descendentes das famílias que detinham tanta riqueza nessa época, como por exemplo os Rockefeller nos Estados Unidos. Mas mesmo essa queda relativamente grande no total da riqueza, de 50% para 35% na França, deve-se muito a destruição das guerras mundiais, e dos impostos que se impôs até a década de 1980 sobre as altas rendas e heranças.

A tese central de Piketty é a de que, em uma economia em que a taxa de rendimento sobre o capital, denominada r , é maior que a taxa de crescimento econômico, denotada por g a riqueza herdada cresce mais rápido do que a riqueza produzida (Piketty, 2014, p. 555). Desse modo, quando a herança cresce mais rápido que a riqueza, têm-se a relação

$$r > g \quad (1)$$

Assim, a equação (1) nos dá a contradição central do capitalismo. Essa desigualdade é a razão principal para a concentração da riqueza e, conseqüentemente, das rendas do capital. Segundo Piketty, isso permite que “a riqueza acumulada no passado seja recapitalizada muito mais rapidamente do que a economia cresce”. (PIKETTY, 2014, p. 351). Isso fortalece ainda mais o poder das heranças e engessa aqueles que não tiveram heranças em suas classes sociais. Mais ainda, mostra o quão importante um sistema progressivo de taxaço é para a distribuição de renda, taxando proporcionalmente as heranças e rendas altas, na mesma proporção que o resto da população, conforme se discutirá a seguir.

A proposição de Piketty gerou uma grande revolução dentre os economistas. Segundo a inclinação tecnocrática da maior parte dos mesmos, a questão debatida era quanto ao impacto da distribuição de renda no crescimento econômico. Com essa visão a desigualdade não era um problema em si, mas buscava-se analisar se ela contribuía ou não para a obtenção de uma elevada taxa de crescimento do produto. (PIKETTY, 2014) Ademais, apesar de o crescimento demográfico em tese ajudar com a distribuição de renda, pelo fato de que, quanto mais pessoas, supostamente mais diluição da riqueza e das heranças se tem na economia, essa prerrogativa cai por terra quando se olha para a realidade concreta. A maioria esmagadora do crescimento demográfico vem justamente das classes econômicas mais baixas, e sendo assim, o crescimento demográfico na verdade pioraria a distribuição de renda.

A facilidade em manter e reproduzir riqueza por parte dos ricos, portanto, não é por acaso. Ao se considerar uma taxa média de crescimento da renda e do patrimônio, os que começam suas vidas com enormes heranças ganham infinitas vezes mais em termos absolutos, já que uma taxa de crescimento de 1% ao ano se traduz em quase nada para uma pessoa de classe baixa e pode significar milhões para um indivíduo de posses. Ademais,

quando o crescimento econômico é baixo, é quase inevitável que $r > g$ e haja acumulação de riqueza. E dado que a média do crescimento econômico anual mundial histórica é de 1,5-2,0% ao ano, esse problema se torna particularmente mais severo. Disso também deriva que a concentração de riqueza decorrente desse processo de perpetuação de heranças não condiz com as ideias de justiça social e meritocracia, comumente postuladas por algumas correntes econômicas.

A solução proposta por Piketty (2014, p. 556) consiste na aplicação de impostos globais sobre a riqueza – já que esta é a principal fonte de desigualdade – e não necessariamente sobre a renda. Sem uma política fiscal de impacto mundial, progressiva, que equilibre as contribuições dos mais ricos de acordo com as suas riquezas, não sobram muitas alternativas para se diminuir a concentração de renda.

Antes de nos aprofundarmos na solução proposta por Piketty, são necessárias algumas clarificações, já que Piketty usa alguns delas de forma distinta do que é comumente utilizado na literatura econômica. A *riqueza*, para o autor, é uma variável de estoque, considera o acúmulo de bens, móveis e imóveis, dinheiro, empresa e afins. Já a *renda* é uma variável de fluxo, ou seja, é a remuneração dos fatores de produção. (PIKETTY, 2014).

Uma das relações importantes para Piketty é o estoque de capital-renda. Ela mostra quantas vezes o estoque de capital é maior do que o total da renda produzida no ano. Essa chamada de *Primeira lei do Capitalismo* e é representada por:

$$\alpha = r \times \beta \quad (2)$$

Onde α é a participação do capital na renda nacional, r é o retorno do capital e β é a relação estoque de capital-renda. Isso é o que pode se derivar de uma função Cobb-Douglas em que a elasticidade de substituição entre capital e trabalho é igual a um. Intuitivamente, significa que, para um número de trabalhadores, um aumento no capital leva a uma diminuição da produtividade marginal e, conseqüentemente, da taxa de retorno. Piketty argumenta, entretanto, que a própria elasticidade de substituição é historicamente determinada: ela parece ter sido inferior a um em economias agrícolas tradicionais, em que havia poucas alternativas para utilização do capital, e poderá ser maior do que um no século XXI. Além disso, o fato de que tanto como aumentaram nos últimos quarenta anos sugere que ela já ultrapassou um. Esse movimento paralelo e não é apenas importante para o argumento do autor porque ele permite relacionar o aumento da razão capital-renda com o aumento da desigualdade. Ainda mais crucial é que ele evita que o aumento seja acompanhado por uma

queda acentuada de r :

Historicamente, o autor mostra que a mobilidade de capitais não promoveu a convergência da renda entre países. A renda per capita na África subsaariana e na Índia fica entre €\$ 150 – 250 e em países como Japão, Canadá e EUA entre €\$ 2.500 - 3.000. (PIKETTY, 2014). Os diferenciais na dinâmica demográfica entre os países também têm peso para o modelo do autor, pois o crescimento demográfico reduz o estoque de capital em relação à renda. Isso quer dizer que, países com taxas de crescimento da renda iguais, podem ter diferentes relações β porque suas taxas de crescimento demográfico são diferentes. Isso explicaria porque a Europa, por exemplo, tende a acumular mais capital do que os EUA.

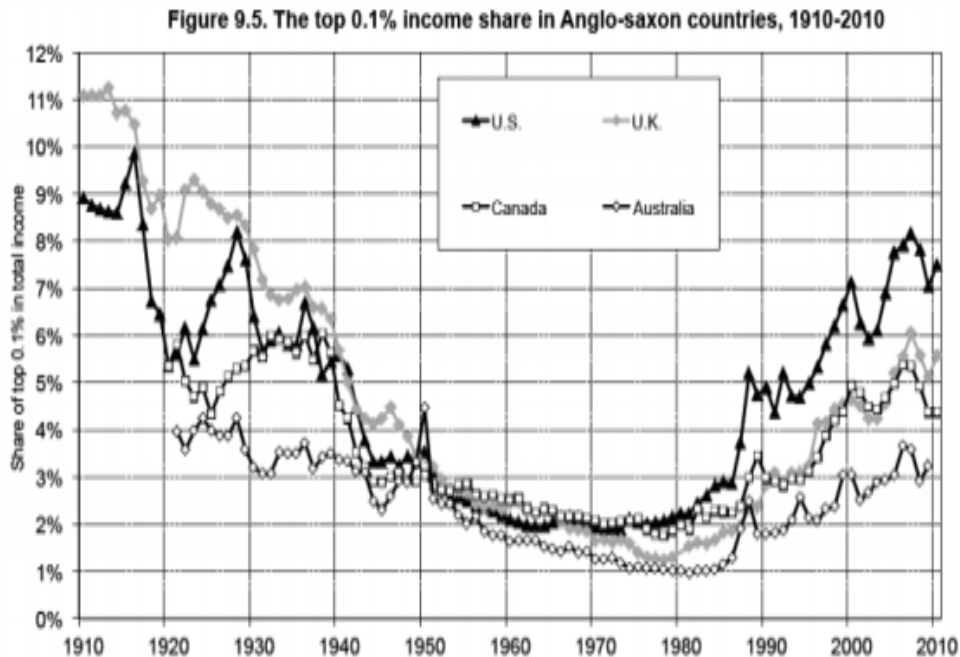
Em suma, Piketty (2014) mostra que não há força natural que reduza a importância do Capital ao longo da história. Se contextualizados ao pós-Segunda Guerra Mundial, os resultados de seu estudo apontam que o progresso econômico e tecnológico não necessariamente são resultado da racionalidade meritocrática e da distribuição de renda. A tecnologia, ao que parece, não tem limites, e muito menos é atrelada a um princípio moral. A sociedade contemporânea exige cada vez mais conhecimento e habilidade, mas isso não quer dizer que o capital cresceu na mesma proporção. Uma melhor convergência de distribuição, portanto, não será atingida só com tecnologia e a estrutura do capital não reduziu a importância do capital na relação capital/trabalho. Já que distribuição do capital é mais desigual do que a do trabalho, a concentração de capital pode ser explicada pela herança e seus efeitos cumulativos.

Num período atual na década de 2010, o autor mostra que, em países como França, Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, os 10% mais ricos que têm aproximadamente 60% de toda a riqueza. E, os 50% mais pobres, menos de 10%. Na França, em 2011, os 10% mais ricos tinham cerca de 62% da riqueza e os 50% mais pobres, apenas 4%. Nos EUA, o décimo mais alto detém 72% da riqueza do país, enquanto os 50% mais pobres, 2%. A renda do capital apenas piora as desigualdades total, sendo a desigualdade das rendas do trabalho mais moderada. (PIKETTY, 2014).

A FIGURA 1 mostra a apropriação da renda pelo 1% mais rico na Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e EUA. Enquanto a participação do mais ricos cai entre 1930 e 1940, chegando ao percentual mais baixo na década de 1980, há após esse período um aumento considerável nesse indicador. Vale lembrar que esse período entre e pós-guerras foi altamente regulado, sendo o período histórico de maior progressividade tributária. A disparidade de renda e riqueza volta a crescer após 1980 por conta das políticas públicas e ideais econômicos liberais, que passaram a predominar no período. Referente à renda dos bilionários, de 1987 a

2013, a média da riqueza dos mais ricos do mundo passou de US\$ 3 bilhões para US\$ 35 bilhões. O que pode ser visto como um crescimento de 6,8% a.a., muito maior que a média histórica de 1,5%.

FIGURA 1: APROPRIAÇÃO DA RENDA PELOS 0,1% MAIS RICOS EM PAÍSES SELECIONADOS, 1910-2010



Fonte: Piketty (2014).

A partir dessas evidências, o autor argumenta que a noção de que o salário possua uma produtividade marginal é uma falácia. Embora a produtividade marginal, a habilidade e a tecnologia deem uma explicação razoável para diferentes remunerações ao longo prazo, é preciso ter cuidado quanto ao poder explicativo desses fatores.

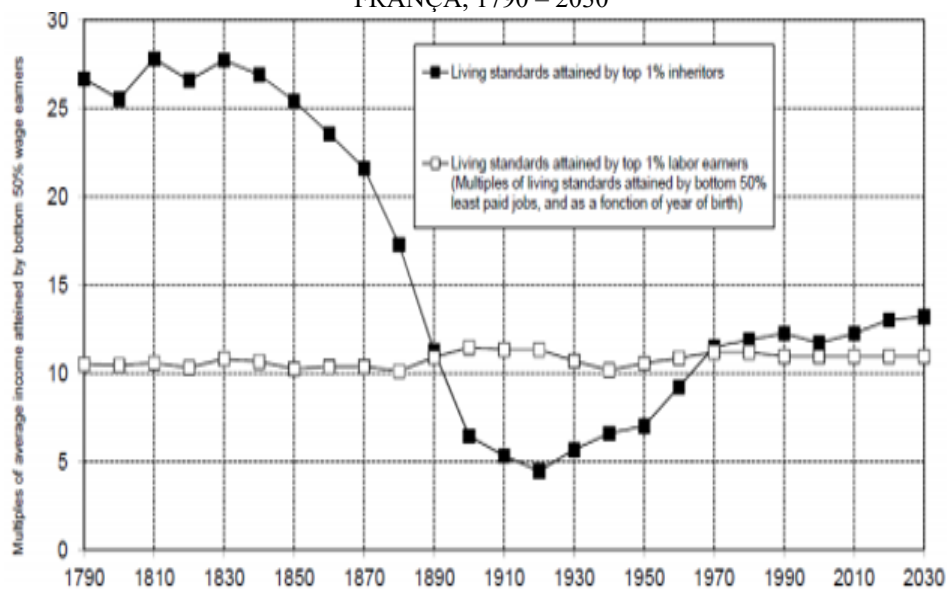
Outro ponto interessante abordado pelo autor, tange ao rendimento do estoque de capital, definido pela relação $r > g$. Isso quer dizer que a herança (capital, riqueza) cresce mais rápido do que a produção e a renda. A riqueza herdada, então, tem uma tendência de superar em larga escala a riqueza acumulada ao longo da vida de trabalho. E a concentração de capital se aprofunda de forma incompatível com quaisquer valores de meritocracia. Concomitantemente, a taxa de poupança cresce muito mais com a riqueza herdada, dado que a taxa de juros normalmente é mais alta do que a taxa de crescimento médio da economia e a taxa de retorno do capital tende a ser maior quanto maior a herança. Em caso de elevação de preço de bens, imóveis e petróleo que vem acontecendo desde o século passado, a divergência estrutural aumenta. (PIKETTY, 2014).

Nesse sentido, Piketty defende que não há nenhum processo natural ou espontâneo

que distribua renda, ideia muito pregada por correntes neoliberais ou pelos economistas clássicos, e que o sucesso obtido através do talento e do estudo é uma ilusão. Os mais ricos são justamente os que receberam as maiores heranças, sendo isso ainda mais comum após a Segunda Guerra, quando a herança passou a ter ainda mais importância para a riqueza. Desse modo, a maioria desses herdeiros vive apenas como rentistas, e não como trabalhadores.

A FIGURA 2 mostra dados da França em uma comparação da renda obtida: (i) pelo 1% mais rico da população devido à herança; (ii) o 1% mais rico da população devido ao trabalho; (iii) 50% mais pobre da população. O 1% mais rico que vive do seu trabalho tem padrão de vida 10 vezes superior que o do 50% mais pobre, sendo essa uma tendência estável desde 1790 até a projeção de 2030. Quanto ao 1% mais rico devido à herança, em 1790 seu padrão de vida era 27 vezes maior do que o do 50% mais pobre. Tal padrão foi revertido entre 1890 e 1970, em que os assalariados mais ricos obtinham padrão de vida superior aos herdeiros mais ricos. No século XIX, os herdeiros de fortunas (1% mais rico devido a herança) tinham um padrão de vida três vezes superior ao dos trabalhadores mais ricos (1% mais rico devido ao trabalho).

FIGURA 2: RELAÇÃO DE APROPRIAÇÃO DE RENDA OBTIDA PELOS 1% MAIS RICOS DEVIDO A SUA HERANÇA E AO SEU TRABALHO COM A MÉDIA DE RENDA DOS 50% MAIS POBRES NA FRANÇA, 1790 – 2030



Fonte: Piketty (2014).

Prosseguindo com a análise, Piketty (2014) demonstra que, desde 1920, uma parcela da população recebe de herança um patrimônio superior ao que um indivíduo que está entre os 50% mais pobres receberia de salários ao longo de toda a sua vida.

Não obstante o fato de que a riqueza se reproduz sozinha, torna-se importante abordar a relação entre riqueza e mérito. Mesmo que justificável o início da riqueza, essa tem o poder de se perpetuar além dos limites da racionalidade da utilidade social. O retorno do capital requer trabalho, sorte ou roubo. As dificuldades de se acumular riqueza são muito mais amplas do que as de uma herança. (PIKETTY, 2014).

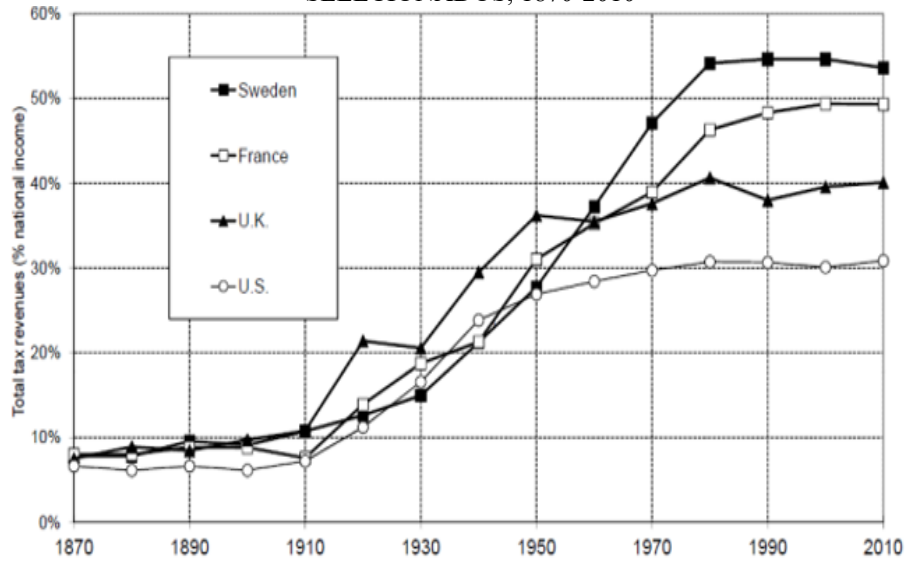
2.2. O Imposto Progressivo como solução para a desigualdade de renda

Para, portanto, solucionar a desigualdade de riqueza, Piketty propõe a progressividade tributária. Isso pois elasticidade trabalho-capital, bem como o crescimento demográfico, que seriam alternativas para uma melhor distribuição de renda, não são muito fáceis e rápidas o suficiente para se obter resultados concretos através de intervenções de políticas econômicas.

Essa ideia se baseia na taxa de retorno sobre o capital, que na *Primeira Lei Fundamental do Capitalismo* é dada como a taxa de retorno bruta, obtida antes do desconto de impostos. Porém, a taxa de retorno que importa é a *líquida de impostos*, que pode ser de fato captada pelos proprietários. Assim, mesmo que a taxa bruta de retorno se permaneça elevada, pelo aumento da elasticidade de substituição entre capital/trabalho, é possível diminuir ou erradicar a “contradição central” através de impostos que reduzam a taxa líquida. Além do mais, o crescimento da desigualdade salariais, que é em grande parte fruto do poder de barganha dos super-executivos, pode ser atribuída à regressividade tributária que vem se acentuando desde a década de 1980. Dessa maneira, Piketty (2014) aponta como a única saída sensata a concentração ainda maior de renda futura, uma maior progressividade tributária.

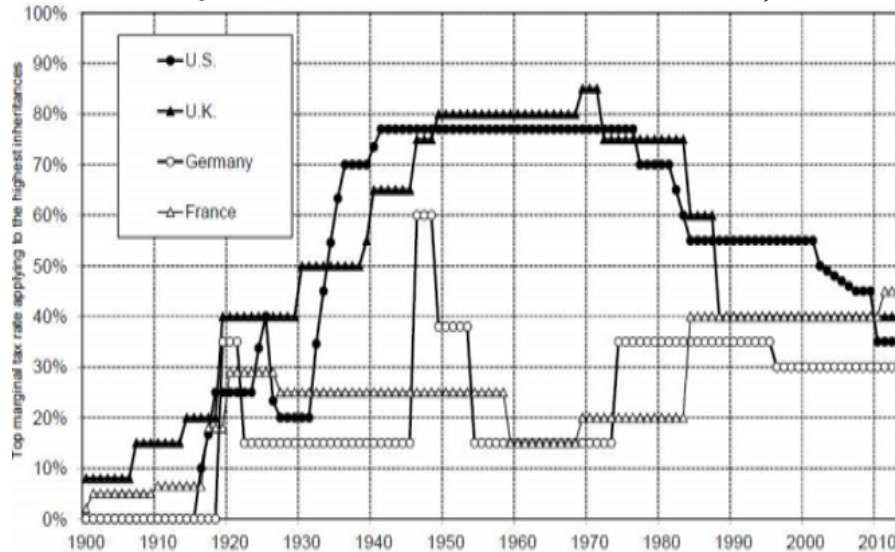
Mas, antes, analisa a relação entre o percentual de tributação e a renda/riqueza para subsidiar seu argumento. A FIGURA 3 mostra a evolução da progressividade do imposto nos principais países abordados por Piketty, a primeira sobre a renda anual e a segunda sobre a riqueza. Já a FIGURA 4 apresenta a evolução da alíquota do imposto sobre herança. Conjuntamente, é possível observar que, nos anos em que essa alíquota do imposto sobre herança foi maior (Figura 4), houve menor desigualdade, principalmente na Europa. Por outro lado, em momentos de queda dessa alíquota, houve um aumento da desigualdade no mundo, sobretudo, na Europa. Por sua vez, enquanto a receita dos impostos sobre o percentual da renda aumentou, as alíquotas sobre herança diminuíram (Figura 3). Ou seja, a queda do imposto sobre herança não reflete, necessariamente, uma das alíquotas em geral, corroborando evidências da regressividade dos sistemas tributários.

FIGURA 3: RECEITA DE IMPOSTOS EM PERCENTUAL DA RENDA NACIONAL EM PAÍSES SELECIONADOS, 1870-2010



Fonte: Piketty (2014).

FIGURA 4: ALÍQUOTA MÁXIMA DE IMPOSTO SOBRE HERANÇA, 1900-2013



Fonte: Piketty (2014).

Desse modo, uma política para correção das desigualdades sugerida pelo autor seria a proposição de um *imposto global progressivo sobre o capital*, bem como a transparência das finanças internacionais. Piketty (2014) reconhece que essa sugestão é quase utópica, mas defende que é a melhor solução para os problemas do capitalismo. Uma taxa de 0,1% sobre o capital mundial já seria de grande ajuda pois serviriam para definir normas e categorias e para consolidar um modelo de regras na atividade econômica. A ideia seria direcionar a taxação independentemente de onde estão os ativos. Se um americano possui ativos em outros países, esse deve sofrer a taxação nos EUA, a fim de evitar fuga de obrigações e paraísos fiscais.

Segundo Piketty (2014) as taxas sobre a riqueza devem ser baixas e anuais, e não de uma vez só no recebimento da herança, pois se os governos tomam, $\frac{1}{4}$ da riqueza do país, não haverá estoque de capital para os anos futuros. A sugestão então, é: 0% para fortunas de até \$ 1 milhão, 1% ao ano para fortunas de \$ 1 a 5 milhões e 2% para fortunas acima de \$ 5 milhões. Na Europa de hoje, seriam atingidos sobre esses impostos 2,5% de pessoas e se arrecadaria 2% do atual PIB europeu (hoje de \$ 15 trilhões), o que resultaria em \$ 300 bilhões a mais em arrecadação.

Como exemplo, considere o caso de Liliane Bettencourt, falecida em 2017 e herdeira do grupo L'Oréal e mulher mais rica do mundo. Se o imposto sobre seu patrimônio fosse de 2% sobre US\$ 30 bilhões, a arrecadação seria de US\$ 600 milhões ao ano e não apenas US\$ 5 milhões que são declarados ao governo francês. Isso mostra o quanto esses indivíduos no topo da pirâmide são privilegiados com esse sistema pouco progressivo de impostos. Como se não bastasse todas as outras regalias concedidas a esses indivíduos e suas empresas, a taxa proporcional é ínfima se comparada à sua riqueza. Isso considerando que o autor sugere uma taxa de apenas 2% sobre a riqueza, o que é irrisório se comparado à proporção de impostos que os 50% mais pobres pagam em relação ao seu patrimônio/salário.

Há duas justificativas principais para se taxar o capital segundo Piketty (2014). A *contributiva* e a *incentivadora*. A *contributiva* se baseia na análise da revista Forbes, que mostra que os indivíduos mais ricos aumentaram suas riquezas nas últimas três décadas entre 6- 7% ou mais. Por sua vez, a justificativa *incentivadora* parte da ideia de que a taxa incentivará o investimento. Se alguém deseja ter uma taxa de retorno de 10%, um imposto de 2-3% não seria tão pesado quanto para uma pessoa que busque apenas 3% de retorno ao ano. A intenção então seria justamente forçar os indivíduos a vender seus ativos para investidores mais dinâmicos e eficazes, fluindo o capital para a mão daqueles que realmente investirão, e não concentrar na mão de poucos rentistas. (PIKETTY, 2014).

Quanto a dívida pública dos países, Piketty (2014) disserta a respeito de qual porcentagem da renda nacional seria necessária para amortizá-la, argumentando que muitos países não conseguem solucionar esse problema: Assim, aponta três alternativas: (i) taxa sobre o capital, (ii) inflação ou (iii) austeridade. O economista considera que uma taxa ótima sobre o capital é a melhor maneira de diminuir a dívida pública. Ainda, o autor demonstra em seus cálculos que, taxando-se 15% da riqueza privada, isto é, considerando todos os elementos que englobam o conceito de capital, o Estado poderia manter as suas atividades de forma mais eficiente e ainda reduzir a dívida pública.

2.3. *A Relação Capital-Renda e seu impacto para a análise da desigualdade*

Ao analisar a trajetória da renda e da riqueza, que nada mais é do que sucessivas rendas acumuladas, Piketty (2014) ressignificou a noção de capital-renda, onde o capital compreende as terras, imóveis, capital de firmas e das instituições governamentais e os ativos detidos em outras partes do mundo. Ademais, a razão de capital-renda avança ao não analisar o capital somente em termos absolutos (em números), mas em proporção à renda produzida por um país ao longo de um ano. Ou seja, quando o autor mostra que a razão capital-renda da França ao longo dos séculos XVIII e XIX era de aproximadamente sete, isso significa que *a riqueza (capital) acumulada era aproximadamente sete vezes maior do que o total da renda no país em um ano*. Ademais, o autor argumenta que uma maior razão capital-renda eleva o percentual das heranças em relação à renda nacional. Daí conclui-se que a riqueza acumulada é resultado do predomínio das heranças sobre o esforço individual (renda), colocando em dúvida a premissa da meritocracia das sociedades atuais. (PIKETTY, 2014).

A partir da ideia de capital-renda, Piketty argumenta ser possível analisar a trajetória da evolução da distribuição de renda de uma maneira mais rica do que os estudos anteriores. A razão capital-renda no mundo era igual a sete nos séculos XVIII e XIX e caiu para menos de três no começo do século XX, especialmente em 1950. Esse foi o período de maior igualdade distributiva, e desde então essa razão voltou a subir, especialmente após a década de 1980, e em 2010 estava em mais de seis na França. Essa trajetória também se verifica em outros países europeus, como Inglaterra e Alemanha. (PIKETTY, 2014).

O que resta explicar, é, portanto, o porquê dessa queda tão grande no período das duas guerras mundiais. Uma delas diz respeito às destruições físicas de capital, especialmente na Europa. Piketty (2014) argumenta, contudo, que essa não é a principal razão. O autor atribui uma importância substancial ao virtual desaparecimento dos patrimônios europeus detidos no resto do mundo, principalmente devido às expropriações, mas também como ao processo de descolonização. O período entre guerras foi marcado também por crescimento baixo e pelo colapso da Grande Depressão, que afetou particularmente a renda dos mais ricos. Visando manter o seu padrão de vida, eles reduziram substancialmente sua poupança (e em muitos casos até se desfizeram de parte do patrimônio) e diminuíram suas riquezas.

A volta da razão capital-renda para os níveis altos dos séculos XVIII e XIX começou após a década de 1980. A recuperação econômica do mundo, principalmente dos países europeus, e a subsequente queda da União Soviética, em 1990, permitiu uma aceleração da acumulação do capital ao mesmo tempo em que o crescimento da renda nacional desacelerou.

O problema com a distribuição de renda, portanto, surge no momento em que essa razão capital-renda começa a se tornar muito alta, pois isso é o principal indicativo do poder político e social daqueles que detêm o capital. Para corroborar com essa piora nos termos de renda em relação ao capital, Piketty argumenta que esse aumento foi acompanhado de elevações do percentual de renda do capital na renda nacional, e em sendo as rendas do capital sempre mais concentradas que as do trabalho, essa elevação do capital-renda leva automaticamente a uma maior desigualdade. (PIKETTY, 2014).

Uma exceção ao caso que merece destaque foi a trajetória da razão capital-renda para os Estados Unidos. Esse indicador apresentou tendência muito mais estável do que a observada nos países europeus. Uma primeira explicação deve-se ao fato de que o principal aumento recente da desigualdade norte-americana decorreu da explosão dos super-salários de executivos das grandes empresas. Enquanto os imigrantes traziam consigo muito pouco capital acumulado, do outro lado do Atlântico, a economia capitalista se apoiou nas riquezas herdadas do antigo regime. Sem contar que o aumento populacional nos Estados Unidos foi tremendamente maior do que na Europa – o que diluiu as riquezas acumuladas e as heranças. Além disso, o impacto destrutivo das duas guerras mundiais foi muito menor para o capital norte-americano, já que com exceção de Pearl Harbor, os Estados Unidos não tiveram combates em seu solo. (PIKETTY, 2014). Apesar dessas diferenças, a trajetória do capital-renda dos Estados Unidos tomou o mesmo caminho da Europa. Segundo Piketty (2014), a ascensão dos super-salários dos CEOs atingiu um nível semelhante àquele observado na Europa do início do século XX, em que o primeiro percentil mais rico apropriou-se de um quinto de toda a renda gerada anualmente no país, sendo esse mesmo um quinto apropriado pela metade mais pobre da população.

Cabe mencionar que a razão capital-renda não é necessariamente um termo novo na economia, mas seu uso para o estudo da distribuição de renda foi uma das mais importantes contribuições de Piketty (2014) para o debate, já que a priori, a maioria das discussões sobre o indicador circundavam apenas as disparidades salariais. A análise das disparidades salariais não deve ser desprezada, no entanto, está longe de ser o principal determinante da desigualdade contemporânea.

Com a análise desses dados, e das trajetórias históricas chega-se à conclusão de que a sociedade atual é uma sociedade em que uma parcela ainda maior da renda é apropriada pelo percentil dos mais ricos, povoado por herdeiros que vivem de renda e por super-executivos transformados em rentistas, é o seu diagnóstico sobre o “novo capitalismo patrimonial”. (PIKETTY, 2014).

3 EVIDÊNCIAS RECENTES DA DESIGUALDADE DE RENDA NO MUNDO

De forma a complementar o estudo de Piketty, revisado no capítulo anterior, o objetivo desse capítulo é abordar as tendências recentes da desigualdade e da distribuição de renda. Para tanto, serão avaliados:

- A contribuição de Martin Ravallion (2018), professor de Economia da Universidade de Georgetown, em que conjectura sobre o declínio da desigualdade de renda absoluta no futuro.
- O caso dos países com desigualdade extrema – Brasil, Índia, Oriente Médio e África do Sul, com base no artigo publicado no encontro da *American Economic Association*, de Assouad, Chancel e Morgan, (2018).
- A análise de Porter e Russel (2017) sobre o relatório de Desenvolvimento Mundial
- O relatório da Oxfam de 2017, que aborda “Uma economia para os 99%”.

3.1. Desigualdade Absoluta e sua trajetória futura

O estudo de Ravallion (2018) começa argumentando que uma análise preliminar dos indicadores de desigualdade relativa permitiria inferir sobre uma tendência de queda na desigualdade relativa entre os países, concluindo-se que o mundo estaria numa posição melhor que antes. Contudo, o autor foca seu argumento na *desigualdade absoluta*. Deste modo, é importante saber a diferença entre os dois tipos de desigualdades. Desigualdade relativa é quanto à relação das rendas, normalmente normalizada pela média, enquanto a desigualdade absoluta trata dos hiatos, como, por exemplo a diferença no valor do consumo entre ricos e pobres.

Com base em evidências de pesquisas econômicas, alguns pesquisadores estimaram um mundo muito mais igual no futuro. Nessa visão, Ravallion cita o estudo de Zanny, Minton e Beddoes (2012, *apud* RAVALLION, 2018), que mostra que a diferença entre o mundo rico e o pobre será muito menor em 2050. Se isso de fato irá ocorrer, o autor ressalta, depende se essa diferença absoluta se dará em nível global e se a desigualdade relativa irá declinar. Por exemplo, se a análise se restringisse aos estratos 1% mais pobre e 1% mais rico da população, ou seja, os extremos, não seria possível observar o declínio desse hiato num sentido absoluto para um futuro próximo. É necessária uma análise, portanto, dos indicadores absolutos e para outras faixas da distribuição da renda. De acordo com Ravallion, estudar o meio das pirâmides de renda pode ser mais interessante do que apenas os extremos, pois os extremos consideram as exceções, como um Bill Gates ou Jeff Bezos, e ao mesmo tempo, do outro

lado, pessoas que estão em países de guerra, como vários na África e no Oriente Médio. Ambos podem constituir seus extremos por situações atípicas e podem não retratar uma realidade plausível para a maioria das pessoas no mundo.

Um conceito importante, antes dessa análise, é o da *Curva de Elefante de Milanovic*. Em 2012, Branko Milanovic, autoridade mundial na análise da desigualdade, publicou um texto para discussão do Banco Mundial em que apresentou esse conceito a partir de uma análise gráfica. O autor reuniu resultados de 196 pesquisas domiciliares ao redor do mundo, e criou um ranking da renda da população mundial, desde a faixa 10% mais pobre até a 1% mais rica, em 1988 e em 2008 (MILANOVIC, 2012). Em cada percentil, o gráfico mostrou o crescimento da renda entre esses dois anos, num momento de grande globalização, ou seja, entre aproximadamente a queda do muro de Berlim e a queda dos irmãos Lehman. Desse modo, a curva do elefante de Milanovic (Figura 5) revela grande ganhos de renda no meio e no topo da distribuição de renda, mas oferece poucas possibilidades de ganho para as pessoas fora dessas faixas (por exemplo, a classe média alta, que se torna, afinal, descontente e extremamente xenofóbica e nacionalista).

FIGURA 5: DECLÍNIO DA DESIGUALDADE GLOBAL: A CURVA DE ELEFANTE DE MILANOVIC DE CRESCIMENTO DA RENDA ENTRE 1988-2008 POR PERCENTIL DA DISTRIBUIÇÃO

Fonte: Mathews (2018). Gráfico por Branko Milanovic e Christoph Lakner; elefante adicionado por Caroline Freund

Considerando-se, portanto, as medidas centrais de distribuição da renda, Ravallion (2018) sugere um declínio da desigualdade absoluta durante as próximas décadas.

Comparando as rendas do meio (percentis 50-60) com as rendas do grupo classificado como classe média rica (percentis 80-90), a curva do elefante de Branko Milanovic mostra que o último grupo viu crescimentos de renda de 3,6% ao ano entre 1988 e 2008, enquanto o primeiro viu crescimentos de 0,23% ao ano. Lembrando que a média global histórica de crescimento da renda média de 1,5% (PIKETTY, 2014). Então podemos verificar que a desigualdade absoluta entre os dois grupos vai cair, mas levariam-se 53 anos para a convergência, caso as tendências atuais continuarem.

Um questionamento que pode surgir é se uma taxa de crescimento de quase zero dessa classe média rica seria plausível/sustentável. Supostamente, ao invés desse grupo de renda ver 1% ao ano de crescimento, com tudo o mais constante, ocorrerá que a diferença absoluta entre o a classe média alta do mundo rico e do resto do mundo vai subir pelos próximos 20 anos e só então começar a cair, tendendo a desaparecer somente após 70 anos. (RAVALLION, 2018)

Portanto, supor um crescimento dessa magnitude entre as diferentes classes de renda desmistifica a ideia de ascensão social pregada no capitalismo ou da meritocracia, dado que um aumento de apenas 50% na renda levaria 50 anos para uma convergência (a título de exemplo seria mais ou menos sair de 1 para 1,5 salários-mínimos). Isso mostra que grande parte da população está sim engessada na categoria de renda em que nasceu e a maioria das pessoas que são ricas assim o são pois nasceu nessas condições. Casos de um indivíduo que nasce pobre e no decorrer da vida torna-se rico é exceção e tomar essas exceções como regra é absurdo. Apesar dessas possibilidades, a lacuna tende a crescer entre os mais ricos e os mais pobres assim como também isso tende a se repetir entre a classe média do mundo rico e a classe média dos países pobres.

3.2. Desigualdade Extrema e Evidências no Brasil, Índia e Oriente Médio

Um das implicações do debate que surgiu a partir da publicação da obra Thomas Piketty consistiu na publicação, principalmente por parte das autoridades públicas dos países em desenvolvimento, de dados e estatísticas que se referem a impostos e indicadores fiscais. Isso possibilitou a emergência de inúmeros estudos recentes acerca da desigualdade em regiões que anteriormente não eram alvo de análises mais sistemáticas por escassez de dados (ASSOUAD; CHANCEL; MORGAN, 2018).

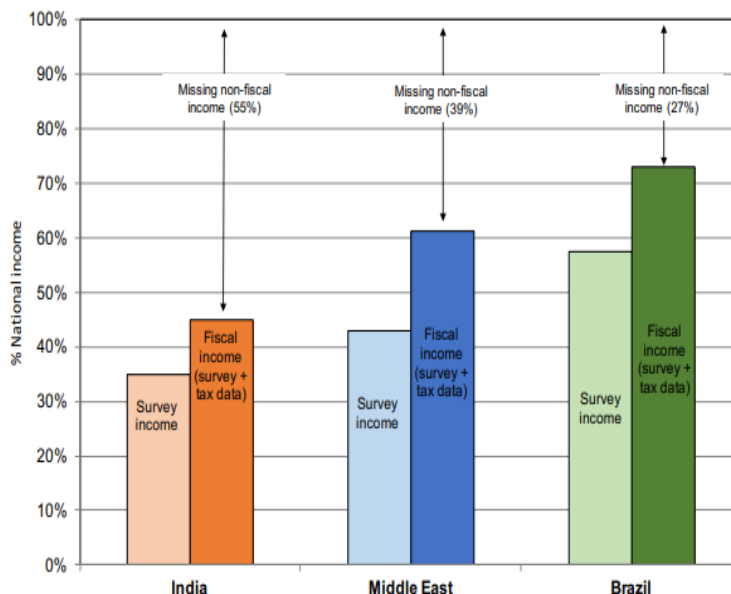
Apesar de, nos últimos anos, mais dados estarem disponíveis, permitindo a construção de estatísticas de desigualdade de renda mais consistentes com a real distribuição da renda, as estatísticas oficiais dessa variável em países emergentes dependem

principalmente de pesquisas domésticas, sendo que essas pesquisas muitas vezes subestimam os níveis das rendas mais altas. O principal problema dos países em desenvolvimento é que grande parte da renda advinda das pesquisas domiciliares não aparece nas contas nacionais – e a ausência desses dados geralmente se refere a um pequeno grupo que se concentra no topo da pirâmide de renda – e por conta disso tais pesquisas acabam por subestimar de forma severa a disparidade de renda. (ASSOUAD; CHANCEL; MORGAN, 2018).

As pesquisas domésticas são bem vulneráveis dado que, por serem declaratórias, qualquer pessoa pode distorcer/omitir sua renda real. Como exemplo, um indivíduo que têm rendimentos altos tem a possibilidade de alegar para o recenseador que ganha um valor menor que o real a fim de evitar o pagamento de impostos ou por simplesmente insegurança. Ocorre ainda que quanto mais alto os rendimentos, menor é a proporção de impostos pagos (sistema regressivo de impostos). Dessa maneira, mesmo usando a arrecadação de impostos como *proxy* para avaliar as rendas reais, não há ainda uma dimensão real e justa da desigualdade. Quanto mais próximo se está do topo da pirâmide de renda, menos impostos se paga (proporcionalmente) e, portanto, há um aumento ainda maior da desigualdade que não é visualizado pelas estatísticas de arrecadação de impostos e pesquisas domiciliares.

A FIGURA 6 mostra a diferença entre a renda da pesquisa doméstica e a renda baseada na arrecadação de impostos. Para o Brasil, a diferença entre esses indicadores é de 27% de acordo com a fonte WID.world para os anos de 2012 a 2016 (ALVAREDO et al, 2016).

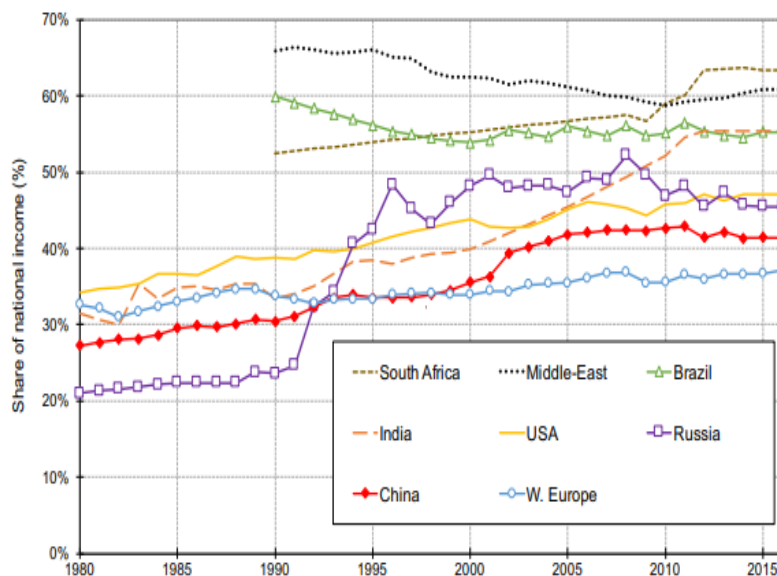
FIGURA 6: DISPARIDADE ENTRE A RENDA CONFORME PESQUISA DOMICILIAR E A RENDA BASEADA NA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS



Fonte: WID.world (2015).

Para abordar esse problema, vários pesquisadores atribuem esse hiato aos 10% mais ricos da população, porém, mesmo corrigindo-se a distribuição, uma grande parte das estatísticas de renda nacional apresentam essa lacuna. Além do mais, mesmo os dados advindos do sistema tributário podem ser considerados enganosos em relação a realidade, já que muitos dos que estão no topo da pirâmide não declaram o montante real de suas riquezas, ou possuem muitos ativos fora do país. No Brasil, por exemplo, os 10% mais ricos detém cerca de 60% de toda a renda nacional, num cenário que se repete desde os anos 80 como mostra a FIGURA 7. O resultado é que a maioria que está na parte de baixo da pirâmide de renda possui, significativamente, muito menos do que os 10% mais ricos (ALVAREDO et al, 2016).

FIGURA 7: PORCENTAGEM DE RENDA DOS 10% DO TOPO DA PIRÂMIDE



Fonte: WID.world (2015).

Levando em conta o *princípio da utilidade de Bentham*, muito usado na economia clássica e neoclássica, esse problema se torna ainda pior. De acordo com esse princípio, a utilidade de um ato - sua bondade ou maldade - é determinada apenas por suas consequências: os benefícios e/ ou custos resultantes. Ao decidir agir ou agir, a pessoa deve calcular, da melhor forma possível, as dores e os prazeres que se pode razoavelmente esperar que se acumulem às pessoas (incluindo a si próprio) afetadas pelos atos em consideração (CRIMININS, 2018).

Bentham ocasionalmente sugeriu que as dores e os prazeres pudessem ser avaliados em relação à renda ou à riqueza, mas ele estava ciente das limitações dessa abordagem. Embora pode se supor com plausibilidade que, de dois indivíduos com fortunas diferentes,

quanto mais rico os dois fossem mais felizes, não se segue que acrescentar incrementos à riqueza dessa pessoa continuará a fazê-lo mais feliz na mesma proporção. É na natureza do caso que a quantidade de aumento na felicidade não será tão grande quanto o aumento da riqueza; a adição de incrementos iguais de dinheiro acabará por trazer sucessivamente menos de um aumento na felicidade – esse é o princípio da *utilidade marginal da renda decrescente* (CRIMININS, 2018). A título de exemplo, uma pessoa que aufera um salário mínimo mensal em detrimento a um indivíduo que ganhe 20 salários mínimos acaba por extrair uma utilidade muito maior dessa renda extra. Esse pode ser um ponto de defesa a melhor distribuição de renda por parte dos clássicos, pois melhor distribuição leva a pontos de utilidade maiores numa economia. Ainda, uma renda mais elevada para a maior parte da população, mesmo que em menor intensidade do que o que se vê nos 10%, provê um impulso muito maior no consumo agregado da economia afetando o multiplicador keynesiano que é, para Keynes, a principal fonte de crescimento de uma economia.

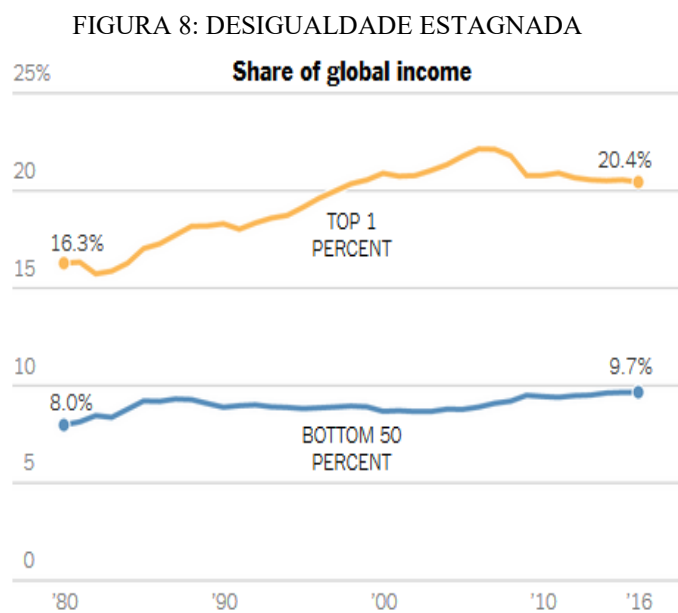
Acerca da origem das desigualdades, existe um debate muito longínquo entre as economias e as causas variam entre as fronteiras e países. Segundo a percepção de ASSOUAD, CHANCEL e MORGAN (2018) existem duas causas que se destacam. Primeiramente vê-se a segregação racial, histórica e social e a configuração das instituições e políticas modernas. Na África do Sul, por exemplo, a desigualdade tem relação com o Apartheid e no Brasil há uma questão racial que tem origens históricas, sendo que somente aboliu a escravidão em 1888, momento em que os escravos compunham mais de 30% da população. Vale lembrar que após 1888 muitos dos imigrantes europeus vieram para o Brasil como forma de substituição da mão de obra escrava não possuíam condições financeiras e sociais favoráveis. Sendo assim, muitos dos descendentes desses imigrantes, mesmo não sofrendo com a questão racial, não fazem parte da elite de renda.

As políticas de industrialização implantadas ao longo do século XX, ao invés de promover uma ascensão social e melhoria da desigualdade, acabaram por favorecer apenas uma minoria de trabalhadores sendo que o crescimento econômico foi capturado quase que inteiramente pela parcela mais rica da sociedade, piorando a distribuição. A reforma agrária, por exemplo, foi adotada numa escala muito reduzida e o projeto de taxaçaõ de fortunas herdadas mostrou-se ínfimo e sem nenhum impacto significativo. Mesmo no século XXI a falta de um sistema mais progressivo de taxaçaõ fez com que apenas um pequeno grupo do topo de renda capturasse a maior parte do crescimento, ou seja, um efeito de transbordamento não ocorreu de maneira significativa. (ASSOUAD; CHANCEL; MORGAN, 2018). O Brasil, em específico, é caracterizado por um nível de extrema desigualdade, com os 10% do topo

possuindo mais que 50% da renda nacional e, ainda, por uma estrutura social dual. Níveis tão elevados de concentração de rendas possuem efeitos multifacetados, que se delinham desde um passado social de hierarquias e direitos restritos até ao modo de funcionamento do capitalismo moderno (ou seja, lógica capitalista de acumulação e concentração do capital).

3.3. A Persistência da Desigualdade Mundial: Uma Análise do World Inequality Report 2018

Porter e Russel (2014) fazem uma análise da desigualdade mundial, que mostra a fatia da renda no mundo desde de 1980 até 2016 (Figura 8). Tirando uma leve queda da fatia de renda do 1% mais rico em 2008 a série mostra um aumento desde as políticas neoliberais da década de 1980. O 1% mais rico tinha em 2016 aproximadamente 20,4% de toda a renda enquanto os 50% mais pobres apenas 9,7%. Vale lembrar novamente que esses dados são referentes a renda apenas e não a riqueza que como mostra Piketty tem uma distribuição muito pior. Apesar de ambas serem relacionadas, a má distribuição de renda pode ser vista como um problema ainda maior, já que é através dela que a concentração se perpetua. (PORTER; RUSSEL, 2014).



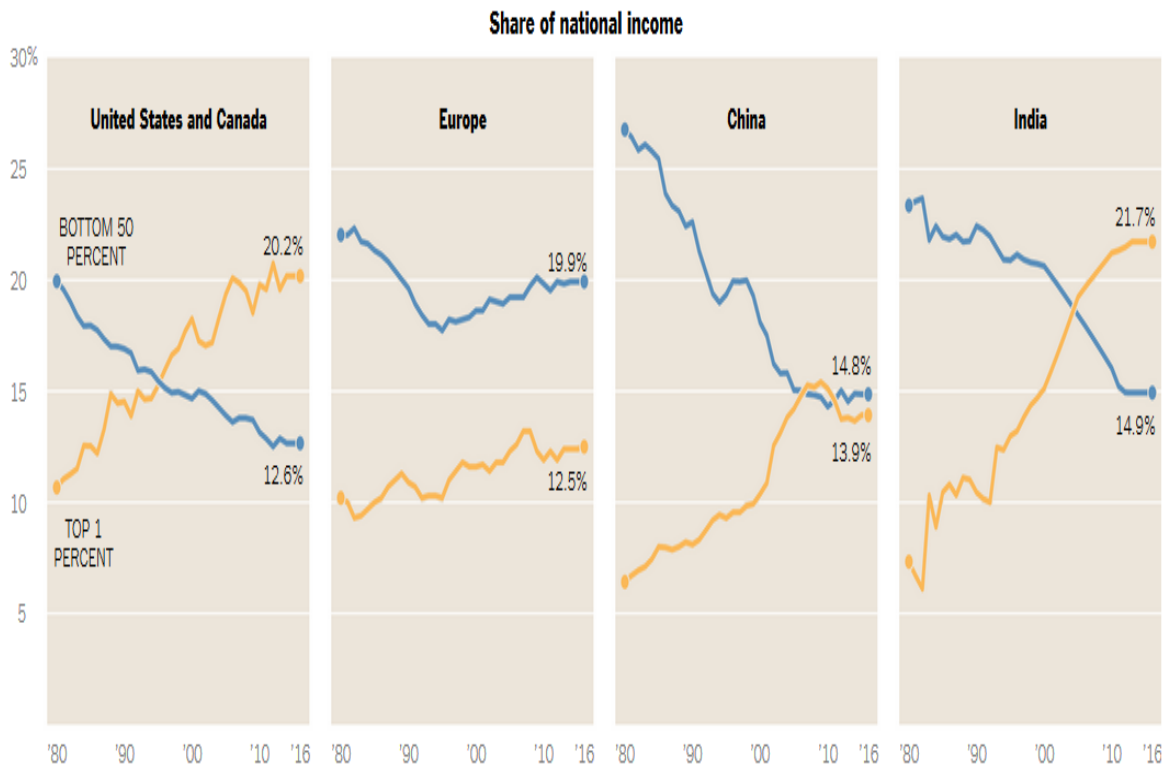
Fonte: WID (2018).

Outra questão abordada pelos autores e pertinente à discussão do presente trabalho, se refere a porcentagem do crescimento captado pelas diferentes faixas renda, onde o 1% mais rico abarcou 27% de todo o crescimento econômico entre 1980 e 2016, enquanto os 50% mais pobres, apenas 12%. Isso é outra prova definitiva de que o efeito de transbordamento

econômico, muito defendido pela economia neoclássica, é muito fraco. Quando apenas 1% da humanidade capta quase um terço de todo o crescimento obtido em quase 40 anos, é claro que o crescimento não beneficia de maneira proporcional todos os setores da sociedade. Nos Estados Unidos a situação é ainda pior, os 50% mais pobres captaram apenas 3% do crescimento desde de a década de 1980, enquanto na Rússia esse percentual caiu. Isso levanta a questão, crescimento para quem? (PORTER; RUSSEL, 2014).

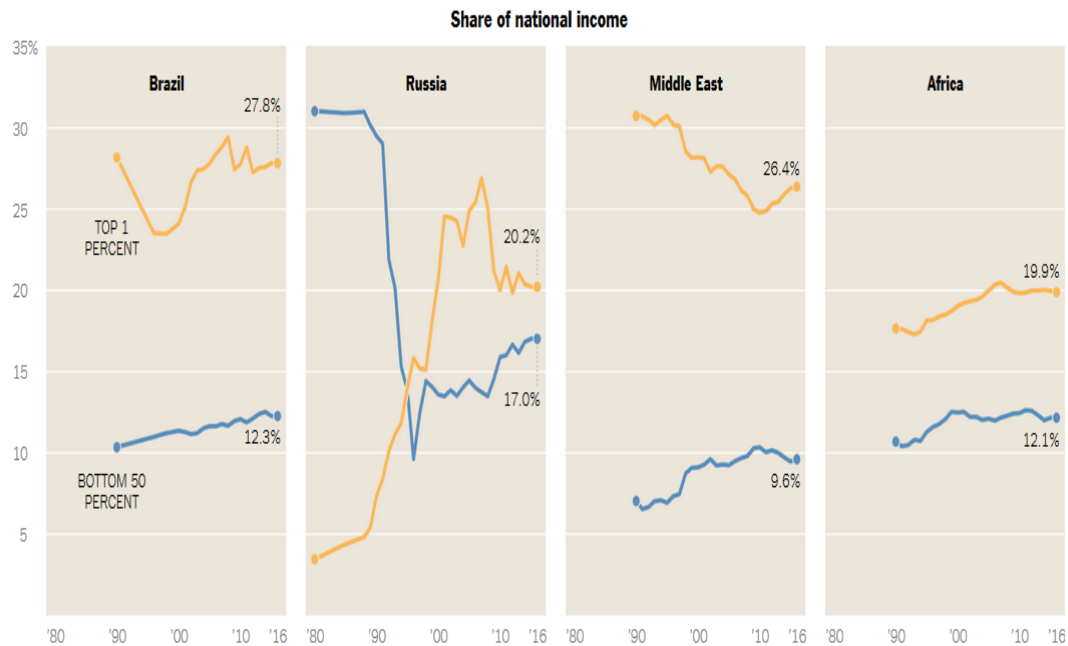
Ao analisar os dados das fatias de renda de diferentes países (FIGURAS 8 E 9), percebe se uma clara tendência de crescimento da porcentagem da renda para os 1% mais ricos, em detrimento da porcentagem de renda dos 50% mais pobres. Nos Estados Unidos e no Canadá, o 1% mais rico saiu de pouco mais de 10% da renda total, para 20,2% em 2016, enquanto os 50% mais pobres saíram de cerca de 20% para 12,6% no mesmo período. (PORTER; RUSSEL, 2014).

FIGURA 9: FATIA DA RENDA NACIONAL (EUA E CANADÁ, EUROPA, CHINA E ÍNDIA)



Fonte: WID (2018).

FIGURA 10: FATIA DA RENDA NACIONAL (BRASIL, RÚSSIA, ORIENTE MÉDIO E AFRICA).



Fonte: WID (2018).

Na Europa, mesmo com os melhores índices de distribuição de renda, ainda assim apresenta uma disparidade bem acentuada, apenas alguns pontos percentuais abaixo dos níveis norte-americanos. Saindo de cerca de 23% em 1980, e chegando a 19,9% em 2016 para os 50% mais pobres, enquanto os 1% mais ricos viram um pequeno aumento, saindo de 10%, e chegando a 12,5% no período de 1980 a 2016. Fica claro o efeito das políticas do pós-guerra mencionadas por Piketty, que fizeram com que os efeitos fossem duradouros mesmo para últimos anos.

A China mostra dados quase iguais para 2016, mas com a mesma tendência de queda para os 50% de baixo e ascensão para os 1% de cima. Em 2016, o 1% de cima ficou com 13,9% da renda total, enquanto os 50% mais pobres 14,8%. Isso pode levar a um leitor descuidado a interpretar que na China a distribuição é mais igualitária do que no resto mundo. Mas quando se considera que este é o país mais populoso do planeta, essa diferença é tão ruim quanto. Em 2016, a população chinesa era de 1,379 bilhão, segundo o Banco Mundial, sendo, portanto, 689,5 milhões os 50% mais pobres, enquanto os 1% mais ricos correspondem a apenas 13,79 milhões.

O gráfico referente à Índia mostra uma das maiores ascensões dos 1% mais ricos dentre os países analisados, saindo de mais ou menos 7%, para 21,7%. Enquanto isso, os 50% mais pobres foram de próximos a 24%, para 14,9% no mesmo período de 1980 a 2016. Essa

piora na distribuição indiana foi quase tão forte quanto na Rússia, após o fim da união soviética.

O Brasil se mostra como um dos mais desiguais do mundo, onde em 2016, o 1% mais rico obteve 27,8% de toda a renda, enquanto os 50% mais pobres apenas 12,3%, com forte crescimento da fatia de renda dos 1% mais ricos após a década de 2000. Ou seja, mesmo com um governo de esquerda, no período de 2002 a 2016, a concentração de renda apenas cresceu, próximo ao nível de concentração do fim da década de 1980. Os 50% mais pobres viram um singelo aumento, passando de mais ou menos 10% no fim da década de 1980, para 12,3% em 2016.

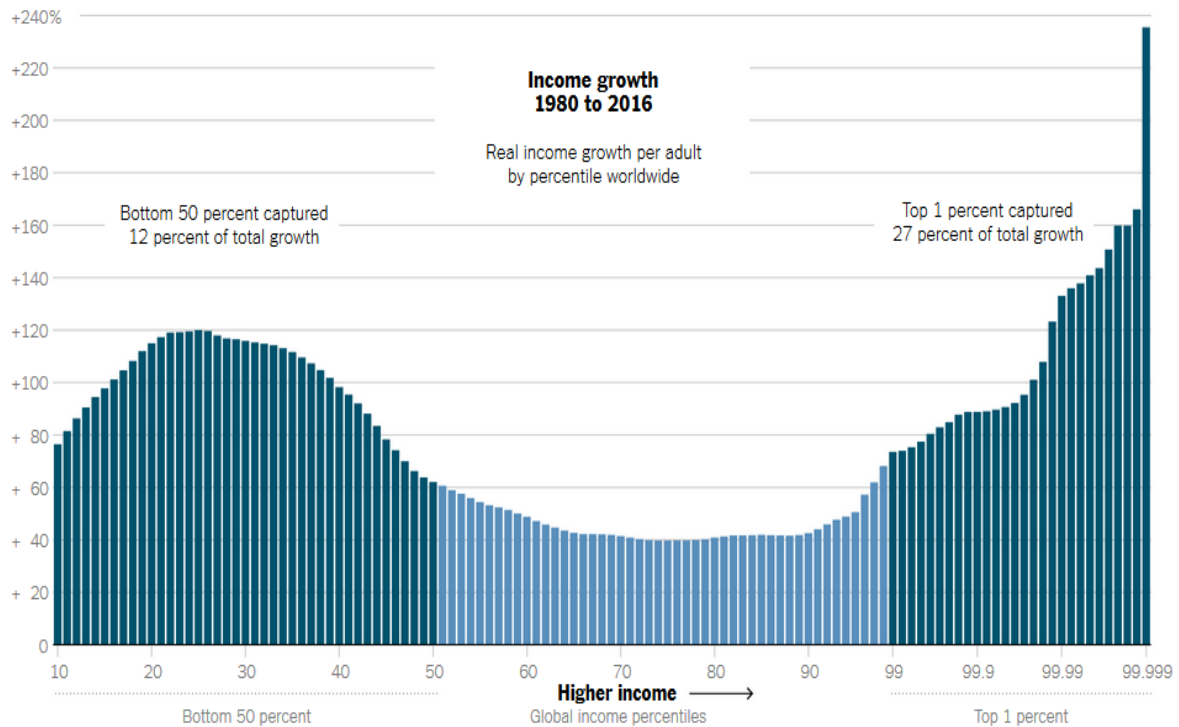
Na Rússia os 50% mais pobres detinham pouco mais de 30% da renda nacional em 1980 enquanto os 1% mais ricos, menos de 5%. Mas tem-se uma forte inversão a partir dos anos 90, com queda abrupta da fatia dos 50% mais pobres, concomitante a um aumento proporcional para os 1% mais ricos. Em 2016, os 1% mais ricos detinham 20,2% de toda a renda, e os 50% mais pobres, 17%.

Na África e no Oriente Médio, a situação se manteve relativamente estável, com uma queda relativamente grande do 1% mais rico no Oriente Médio, onde estes possuem 26,4% da renda, enquanto os 50% mais pobres 9,6%. Enquanto na África, a relação foi bem estável, estando em 19,9% para os 1% mais ricos, e 12,1% para os 50% mais pobres.

Vale notar que alguns desses países sofrem com distribuições ruins por motivos não apenas econômicos. Na Índia o sistema de castas é um enorme empecilho a uma melhor distribuição de renda, na China a gigantesca população pode dificultar a convergência, no Oriente Médio, as reservas naturais de petróleo são o principal concentrador de renda, no Brasil o sistema tributário altamente regressivo é um dos principais concentradores de renda.

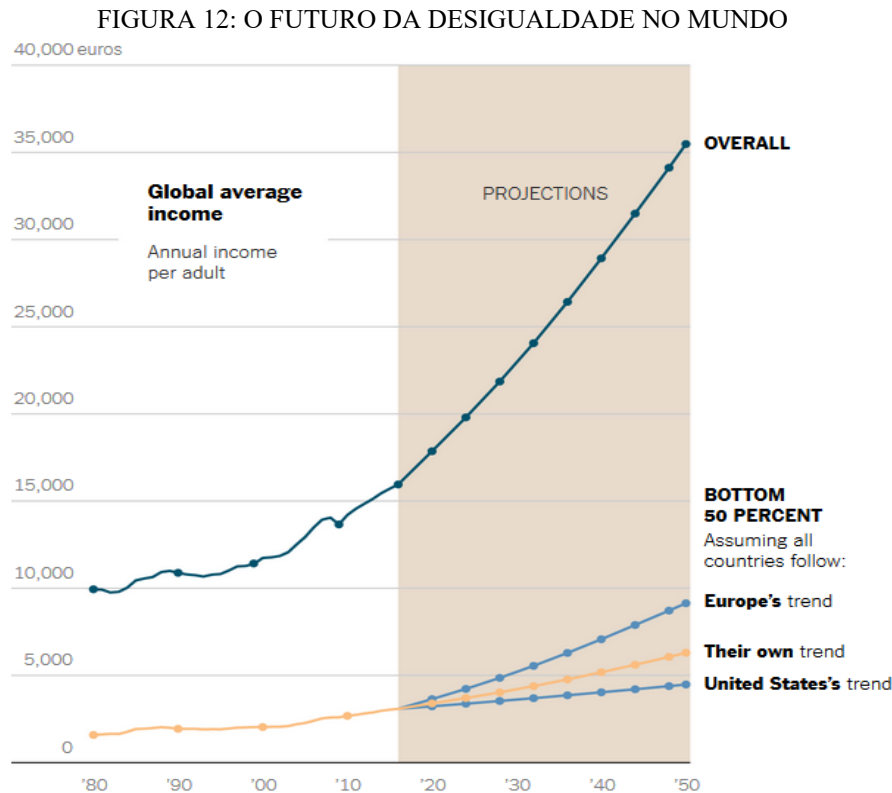
A FIGURA 10 mostra o crescimento da renda por percentil para o mundo todo, no período de 1980 a 2016. Onde os 50% mais pobres, na esquerda do gráfico, capturaram 12% de todo o crescimento da renda no mundo, enquanto os 1% mais ricos capturaram 27% de todo o crescimento. Os percentis do meio foram os que capturaram as menores taxas de crescimento da renda.

FIGURA 11: CRESCIMENTO DA RENDA DE 1980 A 2016



Fonte: WID (2018).

A FIGURA 11 nos mostra uma projeção para o futuro da desigualdade no mundo e o resultado não é muito animador. Se a evolução da desigualdade de renda em todos os países se mantiver na mesma trajetória desde 1980, o patamar de desigualdade global desde 2000 se mostrará apenas temporário: em 2050, a metade inferior da população mundial terá apenas 9%. Por cento da renda mundial, um ponto percentual a menos que hoje. O 1% do topo, em contraste, colherá 24 por cento do lucro global, acima dos 21 por cento em 2016. Mas, novamente, as políticas são importantes. Se os países decidirem seguir o rumo tomado pela Europa no período pós guerra, a diferença de renda mundial encolheria um pouco: em 2050, a metade inferior receberia 13% da renda e a participação do 1% superior encolheria para 19% da receita do mundo. Já se o mundo seguir a trajetória mais pessimista, a dos Estados Unidos, em 2050 os poucos no topo da pirâmide estariam atraindo 28 por cento da renda global. A metade inferior receberia apenas cerca de 6%.



Fonte: WID (2018).

A conclusão que se pode tirar da análise dos dados é que a distribuição ainda é muito concentrada e a única maneira de se chegar a níveis melhores de distribuição como os vistos no período do pós-guerra até a década de 1980 na Europa é uma reforma tributária para um sistema de tributação mais progressivo.

3.4. Relatório Oxfam: Uma Economia para os 99%

O texto da Oxfam, “*Uma economia para os 99%*”, publicado em janeiro de 2017, também traz uma abordagem ampla quanto aos vários problemas relacionados à distribuição de renda e propõe soluções. Um dado que o texto aborda é pertinente à nossa discussão. Nos Estados Unidos, segundo a pesquisa de Piketty, nos últimos 30 anos a renda dos 50% mais pobres não se alterou enquanto a do 1% mais rico aumentou 300%. Essa evidência vai contra o que se chama como a Economia do Gotejamento, em que se propõe que os impostos sobre os negócios e os ricos devem ser reduzidos pra estimular o investimento no curto prazo e, por sua vez, beneficiar a sociedade como um todo no longo prazo. Quase todo ou todo o crescimento econômico é capturado apenas pelos indivíduos do topo da pirâmide. (OXFAM, 2017).

O relatório da Oxfam traz informações pertinentes quanto a evasão fiscal, segundo a

qual muitas empresas maximizam seus lucros pagando o menos possível de impostos através de paraísos fiscais ou usando incentivos governamentais/ isenções fiscais dos países pobres. Segundo os autores, a Apple pagou apenas 0,005% de impostos sobre seus lucros na Europa em 2014. No Brasil, inúmeras marcas de automóveis vieram ao país e tiveram isenções fiscais por décadas enquanto os pequenos empresários sofrem com taxas de impostos infinitamente maiores, o que acentua ainda mais a distribuição em favor das grandes empresas, que em último caso, vai contra um dos princípios básicos do capitalismo – a concorrência.

O capitalismo da camaradagem, assim denominado pelos autores, mostra outro problema das economias atuais. Empresas ou conglomerados gigantesco, usam seus recursos e influência afim de moldar regulações políticas e taxas que os favoreçam, realizando lobbys com os governos, perpetuando suas taxas de lucro muito acima da média, em detrimento de uma competição mais sadia. (OXFAM, 2017).

Enquanto poucas riquezas podem ser atribuídas ao esforço e talento, a análise realizada pela Oxfam, dos mais ricos do mundo segundo a Forbes de 2016, mostra que pelo menos um terço do patrimônio dos bilionários são de herança, enquanto 43% podem ser atribuídas a favorecimentos, lobbys e nepotismo. Como mostra Piketty, uma vez acumulada, essas riquezas se perpetuam e crescem acima da média de crescimento global do capital, criando um ciclo de concentração de renda quase infinito, já que normalmente quanto mais alto o investimento inicial, mais altos são os retornos

Quanto às propostas para remediar a desigualdade de renda, além das propostas por Piketty, os autores da Oxfam, propõem mais algumas. Dentre elas, um imposto sobre Operações Financeiras, que seria altamente progressivo, já que aqueles que participam do mercado de ações são em sua maioria ricos, e estima-se que uma taxa de apenas 0,05% sobre compra e venda de títulos poderia gerar uma receita de US\$350 bilhões por ano, considerando os Estados Unidos apenas.

Outra solução seria a implementação de um imposto sobre patrimônios anônimos, que foi proposto por James Henry, e ajudaria a combater as evasões fiscais nos paraísos fiscais, bem como se essa taxa for maior do que o imposto sobre o patrimônio declarado, geraria um incentivo a declaração de quem pertence essas fortunas. (OXFAM, 2017).

Custos ambientais também deveriam ser contabilizados para grandes empresas, já que, muitas degradam o meio ambiente, obtêm lucros através dele, mas os custos dessa degradação acabam ficando com a sociedade como um todo que pagam o preço com mais problemas de saúde, e uma qualidade de vida menor.

As origens da desigualdade precisam de respostas e soluções diferentes. Mas uma

característica em comum afeta todos esses países: Seus sistemas de taxaço são extremamente focados em impostos indiretos, com apenas alguns poucos componentes de taxaço progressiva. Esta, que parece ser a ferramenta mais eficaz para o combate ao problema da distribuço de renda no mundo, além de amenizar a reproduço de fortunas ajuda a financiar serviços públicos tão necessários para as parcelas de renda mais baixas da sociedade.

Mas, para lidar com desigualdades causadas por fatores tão distintos, é necessário políticas públicas que abarquem as mais diversas facetas dessa má distribuço. Podemos mencionar desde reformas agrárias e fiscais, investimento em educaço, saúde e infraestrutura com um viés que abarque principalmente aqueles que se encontram no limiar da pobreza, até mecanismos de distribuço regional. Para maior eficácia desses programas, deve ser considerado as particularidades e características de cada região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho foi buscar uma perspectiva ampla quanto a distribuição de renda, bem como as possíveis soluções, e as dificuldades de implementação destas. Quando se fala em concentração de renda, o papel tributário normalmente era deixado de lado, e a maioria das soluções propostas eram basicamente políticas assistenciais. O livro de Piketty mostra que a chave para o problema está justamente no sistema tributário, e não apenas em políticas de transferência direta.

É inegável a imensa contribuição de Piketty para o assunto, não apenas por sua grande amplitude histórica e estatística, mas também como forma de voltar mais atenção ao tema. Com o lançamento de seu livro, Piketty mostra que o debate deve ir muito além da Economia, e deve ser tratado como ele é: um problema político, social e ético e não apenas econômico. O uso de dados históricos foi outro ponto de destaque para o autor, visto que muitos economistas contemporâneos se atentam demais com especulações teóricas e não levam em consideração que a realidade não é preta ou branca.

Porém, a conclusão de Piketty não é perfeita. A adoção de uma maior progressividade de impostos mundiais não é uma tarefa fácil já que vai contra aos interesses das grandes corporações e das elites que são donas de grande parte do mundo, além de que um imposto sobre a riqueza e a herança certamente iria aumentar os incentivos a sonegação e uso de paraísos fiscais.

Acerca da implementação do imposto sobre heranças, sugerido por Piketty, há uma alternativa às faixas de impostos propostas. É possível considerar uma taxa progressiva, baseada numa equação, da qual o montante total de riqueza seja uma das variáveis. Caso contrário, será injusto para aqueles que chegarem no ponto de inflexão da faixa de impostos e funcionará como um incentivo a não aumentar mais seu patrimônio ou, o que seria mais provável, aumentaria ainda mais os incentivos a sonegação de impostos e omissão dos dados referentes à riqueza. Além do mais, há a possibilidade de a taxa não parar em apenas 2% para 5 milhões ou mais dado que o pico de concentração apresentará fortunas bilionárias daqui a algumas décadas se as tendências de acumulação continuarem. A proposta de taxa sobre transações financeiras da Oxfam, também parece ser um grande passo a uma tributação mais progressiva, que pode ser usada não como alternativa as taxas sobre herança e renda, mas como complementação. Apesar deste imposto já existir no Brasil, ainda é de pouca eficácia e assim como quase toda a estrutura tributária brasileira, deveria ser revisto. Em suma, reformas tributárias que visem uma maior progressividade são a melhor resposta ao

problema da concentração de renda, mas reformas dessa magnitude exigem um esforço maior não apenas dos governantes, mas da população e dos pesquisadores de que este é um problema que afeta tudo e todos, e deve ser prioridade em termos de política.

REFERÊNCIAS

ALVAREDO, F.; ATKINSON, A. B.; CHANCEL, L., PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. **Distributional National Accounts Guidelines: Concepts and Methods used on WID.world**. WID.world Working Paper, 2016. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/wel/wpaper/201602.html>>.

ASSOUAD, L.; CHANCEL, L.; MORGAN, M. **Extreme Inequality: Evidence from Brazil, India, the Middle East, and South Africa**. AEA (American Economics Association). Papers and Proceedings 2018, p. 119–123. Disponível em: <<https://wid.world/news-article/new-paper-extreme-income-inequality-brazil-india-middle-east-south-africa-wid-world-working-paper-2018-4-3/>>.

BEDDOES, Z. Chapter 13: **The Great Levelling**. CNBC, 2012. Disponível em: <<https://www.cnn.com/id/46683856>>.

CRIMMINS, J, E., Jeremy Bentham. ZALTA, E. (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2018 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/bentham/>>.

LAKNER, C.; MILANOVIC, B. **Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession**. World Bank Economic Review, 2016, 30(2): p. 203 – 232. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16935>>.

MATTHEWS, D. **The global top 1 percent earned twice as much as the bottom 50 percent in recent years**. Disponível em: <<https://www.vox.com/policy-and-politics/2018/2/2/16868838/elephant-graph-chart-global-inequality-economic-growth>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

MILANOVIC, B. **Global income inequality by the numbers: in history and now – an overview**. Policy Research Working Paper 6259, The World Bank Development Research Group, Poverty and Inequality Team, pp. 2-28, November 2012. Disponível em: <<https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/1813-9450-6259>>.

MILANOVIC, B. **Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization**. Cambridge, 2012. Mass: Harvard University Press

MILANOVIC, B. **The return of “Patrimonial Capitalism”: a review of Thomas Piketty’s Capital in the Twenty-First Century**. Journal of Economic Literature. Vol. 52, n.2, 2014, p. 520. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20541>>.

NOVOKMET, F.; PIKETTY, T.; YANG, L.; ZUCMAN, G. **From Communism to Capitalism: Private versus Public Property and Inequality in China and Russia**. AEA (American Economic Association). Papers and Proceedings, 2018, vol. 108. P 109-113. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pandp.20181074>>.

PIKETTY, T. (2014). *Capital in the twenty-first century*. Harvard University Press.

PIKETTY, T; ZUCMAN, G. **Capital is Back: Welth-Income Ratio in Rich Countries 1700-2010**. The Quarterly Journal of Economics, 129 (3), 2014, p. 1255-1310. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/oupqjecon/v_3a129_3ay_3a2014_3ai_3a3_3ap_3a1255-1310.htm>.

PORTER, E.; RUSSELL, K. **It's na unequal world. It doesn't have to be.** NY TIMES, New York, Dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2017/12/14/business/world-inequality.html>>.

OXFAM. **Uma economia para os 99%.** Documento informativo da Oxfam. Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99>>.

RAVALLION, M. **Will we see absolute inequality start to decline at some point in the future?** Economics & Poverty. 2018. Disponível em: <<https://economicsandpoverty.com/2018/10/16/will-we-see-absolute-inequality-start-to-decline-at-some-point-in-the-future/>>.

THERBORN, G. **Inequalities and Latin America. From the Enlightenment to the 21st Century.** Working Paper Inequalities in Latin America, Berlim, v. 1, n. 1, pp. 9-32, 2011. Disponível em: <http://www.desigualdades.net/Working_Papers/Search-Working-Papers/Working-Paper-1-_Inequalities-and-Latin-America_/index.html>.